

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 5 de dezembro de 2022, postergada para o dia 6 de dezembro de 2022 - Ata n.º 115.

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Soldado Adriano José** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **115.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Soldado Adriano José – PP): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 114, de 30 de novembro de 2022.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Vamos deixar para fazer a leitura do expediente na sequência. Vamos já, de imediato, ao Grande Expediente. Por solicitação do Deputado Dr. Batista, a primeira parte desta Sessão é destinada a homenagear com a entrega do Título

de Cidadão Honorário do Estado do Paraná o Sr. Nelson Barbosa. Registro a presença aqui da Dr.^a Maria José de Toledo Marcondes Teixeira, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da Sr.^a Maria Inês Teixeira Barbosa, esposa do nosso homenageado, do filho Marco Tadeu Barbosa, do Sr. Evandro Ricardo de Castro, Presidente da Apae de Maringá, do Dr. Aparecido Roberto Braga, Procurador Jurídico da Apae de Maringá, e também da Sr.^a Viviane Lippi Teixeira e do Sr. Iverlei Teixeira. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Concedo a palavra, neste momento, ao Deputado Dr. Batista, proponente da homenagem.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Dr. Batista e o Sr. Nelson Barbosa.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, 1.^o Secretário, Deputado Romanelli, 2.^o Secretário, Deputado Soldado Adriano, em exercício, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e senhores que nos assistem. Senhor Presidente, não queira saber tamanha honra de estar hoje aqui nesta tribuna para falar de um homem que tanto fez pelo Estado do Paraná, Sr. Nelson Barbosa, acompanhado da sua esposa, a Professora Maria Inês Teixeira, o seu filho, Marcos Tadeu, também a Viviane Teixeira, o Iverlei Teixeira e todos que vieram prestigiar esta honrosa homenagem ao nosso querido Nelson Barbosa, e nunca esquecer a nossa Ex-Juíza e hoje grande Desembargadora, Dr.^a Maria José, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que tive a honra muitas vezes de conversar com a senhora em Maringá ainda quando era Juíza e hoje nos honra sendo Desembargadora do Estado do Paraná. Senhor Presidente, não tenho como descrever, falar bem a verdade, a grandeza e a felicidade de ter esta honra de ser autor desta significativa homenagem, viu, Nelson Barbosa, apoiado por todos os nobres Deputados e Deputadas, e também com o apoio do Governo do Estado, com o apoio do Judiciário. Isso devido àquele currículo, a tudo o que você fez não só por Maringá, mas a pessoa humana, a pessoa gente, a pessoa de qualidade, a pessoa que tenho a honrosa força de dizer, batendo no peito: *o Nelson Barbosa é meu amigo*. É aquele meu grande

amigo que tanto fez, principalmente pelas pessoas menos favorecidas pela sorte. Foi a sua vida toda! Não construiu patrimônio; se você construiu patrimônio, acredite, foi lá em cima, porque é um homem que se dedica há quarenta e tantos anos como Diretor, como Presidente à frente da Apae, não precisa falar mais nada de um ser humano, de um trabalho maravilhoso que faz. Então, Nelson, tenho orgulho em falar que você já participou de Rotary Club, você participou da Acim, do Sicov, Sicomed, Conselho das Varas de Execuções Penais, todo esse trabalho que você fez, mas não me canso de falar do trabalho que você e aquele seu amigo de 55 anos de Apae, que é o nosso amigo Cícero. Não posso esquecer esse nome que tanto honrou, Marco Tadeu, tanto honrou esta nossa Apae de Maringá, que tenho orgulho de falar que é uma das maiores Apaes do Brasil e faz um trabalho brilhante com os excelentes profissionais que lá estão voluntariamente. Isso fico muito feliz, quantas e quantas vezes a Apae nos solicitava e estávamos presentes com todos os Governos que passei aqui, levando recursos e ajudando a nossa Apae de Maringá e as Apaes de toda a região. Então, por isso, Sr. Presidente, tenho uma tranquilidade muito grande em dizer que quero aqui, Nelson, e à sua querida família, agradecer publicamente aos colegas desta Casa por entenderem esta justa homenagem, agradecendo também a todos os Poderes. Meu amigo Nelson Barbosa, o Paraná oficialmente o recebe como o mais novo filho de um Estado, que mais tem contribuído para o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado, meu grande cidadão benemérito, o mais novo cidadão benemérito do Estado do Paraná! Estamos falando para todo o Estado do Paraná, Nelson Barbosa, de Maringá. Muito obrigado. Agora é do Paraná! Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, concedo a palavra ao homenageado desta Sessão, Nelson Barbosa.

SR. NELSON BARBOSA: Boa tarde a todos! Autoridades já nominadas, muito boa tarde. Ter a honra de ser agraciado com o Título de Cidadão Honorário por indicação de uma pessoa como o Dr. Batista muito nos orgulha. Por isso, nesta oportunidade, gostaria de ressaltar não somente o médico, mas a pessoa dele,

que nunca deixou de olhar para as necessidades sociais e sempre envolvido com a comunidade, como pastorais, entidades assistenciais, hospitais públicos, filantrópicos, e, ao se tornar um Parlamentar, continuou trabalhando com as mais diversas questões da comunidade paranaense, ajudando a entidade de Maringá e fora de Maringá, trazendo benefícios como: equipamentos para hospitais, veículos para entidades municipais, transformando as entidades e associações, como diplomação de utilidade pública e apoiando grupo de terceira idade. Enfim, seria possível relatarmos ainda mais. Por isso, reafirmamos nossa responsabilidade pela honraria desse Título e o reconhecimento do nosso trabalho, junto à comunidade maringaense. Só foi possível porque nunca estivemos sozinhos e, sim, sempre com pessoas que nunca mediram esforços para ajudar, cidadãos da comunidade que sabem da necessidade dessas instituições, que estão sempre colaborando com o poder público, que sabem o quanto o poder público municipal e estadual em Maringá são sensíveis a essas questões, cumprindo de forma exemplar seus papéis. Doutor Batista é uma dessas pessoas solidárias às causas municipalistas. O que hoje recebemos, agradecemos muito e, por isso, não podemos nos esquecer daqueles que sempre estiveram conosco, porque esse título também pertence a eles. Talvez fique no ar a pergunta: o que leva as pessoas a se envolverem com esses trabalhos, a exemplo da Apae? Para mim os princípios rotarianos, como dar de si sem pensar em si e olhe mais além de si mesmo, sempre me marcaram. Constatei que me fazia bem estar nesse trabalho da Apae e que precisava mais dele do que a Apae de mim. Essa entidade fundada em 7 de dezembro de 1963 e que recebeu, posteriormente, o nome do seu fundador Diogo Juliani e em 1990 ampliou-se com uma subsede, a Reynaldo Rehder Ferreira trazia uma realidade muito longa de ser entendida, sem preconceito pela sociedade e marcada com necessidades muito maiores do que uma escola comum para todos. Todos os presidentes que passaram pela Apae continuam presentes, buscando sempre uma forma de poder minimizar suas necessidades, o que leva hoje a ser uma escola para pessoas com deficiência intelectual e múltipla e para o mercado de trabalho que colocamos muita gente, perfazendo um total de mais de mil alunos, vindo a ser a maior do Paraná. Por

isso, nessa oportunidade, não posso deixar de agradecer a todos que sempre colaboraram para que o trabalho da Apae pudesse ser realizado. O Governo Estadual, o Governo Municipal, os Diretores da Apae, os Presidentes, a comunidade, a minha família e esta Casa de Leis que honra a população paranaense. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Convido neste momento o Deputado Dr. Batista e o nosso homenageado para fazermos a entrega do Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Sr. Nelson Barbosa.

(Procedeu-se à entrega do título.) (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já de imediato vamos, então, por solicitação do Deputado Anibelli Neto, ao segundo tempo do nosso Grande Expediente, que será destinado a ouvirmos o pronunciamento da Dr.^a Paula Xavier da Silva Schiavon, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia – Regional-PR –, que explanará sobre a campanha *Dezembro Laranja*, instituída pela Lei 18.929/2016, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que busca a conscientização, a prevenção e o tratamento precoce do câncer de pele. Concedo a palavra ao Deputado Anibelli.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Anibelli Neto e a Dr.^a Paula Xavier Schiavon.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente Traiano. Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, convidados, funcionários. Com muita alegria iniciamos mais um mês de dezembro no nosso Poder Legislativo. Hoje, na primeira Sessão Plenária deste mês de dezembro, temos a honra de apresentar, novamente, a campanha *Dezembro Laranja*, que promove ações de conscientização sobre a importância da prevenção e do tratamento precoce do câncer de pele. O movimento conta com grande mobilização por parte da Sociedade Brasileira de Dermatologia, que há anos fortalece a importância da informação, educação e saúde para a prevenção dessa doença. O mês de dezembro foi escolhido pela

aproximação do verão, época em que a população fica mais exposta ao sol. Aqui no Paraná a campanha foi oficializada pela Lei Estadual 18.829/2016, de nossa autoria. Desde então sempre trazemos um representante da Regional Paraná, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, para que possa nos atualizar sobre as ações tomadas. Hoje quem nos dá a honra de nos representar a instituição é a sua Presidente, Doutora Paula Xavier da Silva Schiavon, e sua assessora, Cristina Schuler, que trazem as novidades a respeito dessa luta. Em 2002, a campanha organizada pela Sociedade Brasileira de Dermatologia traz a mensagem: *Não espere até sentir na pele*. Com a diminuição dos casos de Covid-19 serão oferecidos, novamente, atendimentos presenciais e gratuitos, além da ampliação da sua presença nas redes sociais e na imprensa, fornecendo conteúdo diversificado e qualificado sobre como se proteger de maneira adequada frente à exposição solar. Em 2019, senhoras e senhores, último ano em que foram realizadas ações presenciais, foram atendidas mais de 25 mil pessoas, em cerca de 130 postos por todo o Brasil. Desde a sua implementação, em 1999, a iniciativa já beneficiou mais de 600 mil pessoas. Além disso, como de costume, diversos prédios públicos em todo o Brasil serão iluminados na cor laranja, chamando a atenção para a importância da campanha, incluindo a nossa Assembleia Legislativa. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), 185 mil pessoas são diagnosticadas, por ano, com câncer de pele no Brasil, o que corresponde por 33% de todos os diagnósticos dessa doença, sendo o tipo de câncer de maior incidência no País. O diagnóstico precoce pode permitir o tratamento de forma eficaz e proporcionar melhor qualidade de vida ao paciente. A campanha vem justamente no sentido de chamar a atenção para a gravidade da doença e a importância da população ficar atenta ao menor sinal de câncer de pele; frequentar periodicamente o médico dermatologista; além da necessidade de cuidar da pele com medidas de fotoproteção. Por esse motivo, temos orgulho de fazer parte dessa campanha no Estado do Paraná e pedimos a todos os Parlamentares que se somem a nós nessa ação de conscientização, bem como todas as instituições públicas e privadas, que venham conosco fortalecer a importância da proteção e evitar, logicamente, o câncer de pele. Por isso,

Presidente Traiano, agradeço o espaço e passo a palavra à nossa representante da Sociedade Brasileira, Doutora Paula.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Com a palavra, então, a Dr.^a Paula Xavier Schiavon.

DR.^a PAULA XAVIER SCHIAVON: Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer muitíssimo o convite do Deputado Anibelli, que mais uma vez nos prestigia e nos ajuda tanto nesta importante campanha, que é a campanha do *Dezembro Laranja*. E aproveito para saudar aqui todos os presentes, os Deputados, parabenizar todos aqueles que vão continuar com seus mandatos por mais quatro anos, entre eles o nosso prestigioso Deputado Anibelli. E parabenizar também aqueles, que como eu, no final do ano, encerram a sua missão de representar uma parte da população. Então, por que é tão importante falar sobre o câncer de pele? Poderia elencar aqui vários motivos, mas vou resumi-los em três. O câncer de pele é o câncer mais comum no ser humano. O câncer de pele aparece para nós, ele está na nossa cara. Então, por isso, faz muito sentido que façamos o diagnóstico precoce, até porque alguns tipos de câncer de pele são bastante agressivos e podem até matar. E conhecemos as causas do câncer de pele, o sol é o principal causador dos casos de câncer de pele da maioria dos cânceres de pele e sabemos como preveni-lo. Por isso é tão importante que a nossa mensagem ecoe na sociedade, e esta Casa nos fornece uma sensacional oportunidade para fazermos isso. Bom, alguns dados agora. Os principais tipos de câncer de pele são os carcinomas e o melanoma, e juntos eles corresponderam, segundo dados da Sociedade Brasileira de Dermatologia, a 185 mil novos casos por ano aproximadamente. Eles são aproximadamente 30% de todos os casos de câncer e eles são mais frequentes do que vários cânceres que falamos tanto, como o câncer de próstata, mama, cólon, reto, pulmão e estômago, e isso prova mais uma vez a importância do nosso *Dezembro Laranja*. Falando um pouquinho de cada um então. Os principais cânceres de pele são os carcinomas, muito mais em numerosos, e o melanoma. Os carcinomas são pequenas lesões avermelhadas, que podem se apresentar como feridinhas, espinhas, ou até lesões semelhantes a

verrugas. Podem sangrar, ou não, e eles estão localizados principalmente em áreas de exposição solar, como a face, as orelhas, o couro cabeludo, o tronco superior, as mãos, os braços e o dorso. Esse aqui é um exemplo do carcinoma vasocelular, que parece uma lesão tão indolente e na verdade é um câncer de pele. Os carcinomas dificilmente vão causar metástase e levar à morte, mas eles podem levar a grandes feridas e cicatrizes cirúrgicas com grande impacto estético. Então, nesses meus dois exemplos que coloquei, imaginem como é feita uma cirurgia para retirarmos esse carcinoma da borda do olho, ou ali uma paciente bastante jovem, que chama a atenção pela extensão da sua cicatriz. Isso vai gerar um impacto para o resto da vida, e temos como prevenir que isso aconteça. O melanoma, ao contrário dos carcinomas, ele é um tumor, sim, bastante agressivo, e as suas células têm o potencial de invadir os vasos e os nervos da pele, por isso ele pode se espalhar para outras áreas, provocar metástase e levar até a morte. O melanoma, diferente dos carcinomas que parecem uma feridinha, ou uma espinha, ele parece uma pintinha de beleza, e temos até um método para tentar reconhecer, para que as pessoas tentem reconhecer precocemente o melanoma. Se compararmos as lesões benignas da primeira coluna com as lesões malignas da segunda, percebemos que os melanomas são irregulares, eles têm coloração irregular, borda irregular, um formato, e eles são normalmente lesões maiores. Isso seria muito fácil de detectarmos se as pessoas tivessem só uma lesão, mas percebemos que muitos pacientes, principalmente aqui no Sul, onde a miscigenação racial é muito grande, apresentam-se como essa pessoa de costas, com muitas lesões, e que podem confundir o diagnóstico, e por isso a visita a um dermatologista se faz tão importante. O lema da nossa campanha de 2022 é: “Não espere sentir na pele, até sentir na pele”. A campanha do *Dezembro Laranja* acontece desde o ano de 2004. Então, já são muitos anos tentando conscientizar as pessoas da importância do câncer de pele. Por que não espere até sentir na pele? Porque a radiação solar se acumula na nossa pele e quando chegamos lá pelos 40 anos, depois de tanto sol que tomamos na infância, na adolescência, quando não ligamos, ou às vezes até queremos ficar mais bronzeados, porque temos uma cultura nacional de bronzear os nossos corpos, as nossas peles, é

esse sol que tomamos um pouquinho a vida inteira que vai se acumular nas nossas células, fazer mutações no nosso núcleo celular, que podem levar a um câncer de pele. Então, quanto maior a idade, maior a tendência de uma pessoa desenvolver câncer de pele. Isso faz com que campanhas, que atinjam desde crianças até idosos, sejam realmente importantes. E, no nosso Estado do Paraná, coloquei esse selo, que é o nosso selo comemorativo, a SBD-Paraná este ano completa 70 anos e é uma honra muito grande estar à frente dessa Instituição nesta data tão importante. Mas o que acontece no Paraná? Se pensarmos que quanto mais clara a pele das pessoas maior o risco de ter câncer de pele, faz muito sentido que essa campanha ganhe notoriedade no nosso Estado, uma vez que temos aqui uma colonização europeia fortíssima e vários paranaenses apresentam pele clara, cabelos e olhos claros. Se pensarmos que somos um dos estados do agronegócio no Brasil, é muito fácil entendermos o número de trabalhadores impactados pela radiação solar que trabalham nas nossas lavouras e que fazem o nosso Estado gerar riqueza para o País. É muito importante que essas pessoas cuidadas e que suas peles sejam cuidadas. Temos diversos outros tipos de trabalhadores, ou outras profissões, que se expõem regularmente ao sol todos os dias, e faz muito sentido que esta Casa cuide de todos os nossos trabalhadores paranaenses. Durante os anos de pandemia, a Sociedade Brasileira de Dermatologia estima que 17 mil casos de câncer de pele deixaram de ser diagnosticados. Então, isso faz com que essa campanha seja bastante importante neste ano. Ainda bem que a nossa pandemia deu uma trégua e neste ano o mutirão do câncer de pele voltou a beneficiar a população. Então, no Paraná, tivemos postos de atendimento em várias cidades, Curitiba, Cascavel, Apucarana, Paranavaí e Foz do Iguaçu. E nesses lugares a ação incluiu tanto exame clínico, para detectar possíveis casos de câncer, quanto procedimento cirúrgico de diagnóstico e até de tratamento do câncer de pele, e ela envolveu dermatologistas, residentes em dermatologia e estudantes de medicina que trabalharam voluntariamente no último sábado, entre às 9 horas da manhã e às 15 horas da tarde, envolvidos nessa luta. Também tivemos a distribuição de pôsteres, que foram realizados em pontos estratégicos, para chamar a atenção da

população. Tive a liberdade de trazer alguns pôlderes para que os senhores também possam conhecer algo mais sobre câncer de pele, e essa distribuição de pôlderes e conscientização não vão acabar em dezembro, porque temos um longo e ensolarado verão pela frente, e a ação da SBD em janeiro e fevereiro vai contar com a parceria de sucesso com os voluntários do Hospital Erasto Gaertner, que é o nosso hospital do câncer. A participação do poder público, encerrando a minha fala, é muito importante para nos ajudar nessa luta. Precisamos que o poder público garanta acesso das pessoas aos serviços de saúde, tanto fornecendo condições favoráveis a isso quanto se engajando e até promovendo campanhas de educação e prevenção do câncer de pele. Precisamos que o poder público facilite a compra de protetores solares. Sabemos que existe um Projeto em andamento na Câmara Federal para zerar o IPI dos protetores solares e para que isso se torne lei. Isso para nós seria muito importante, pensar de repente na redução de impostos estaduais também, para que a nossa população de baixa renda possa ter acesso ao protetor solar. E tenho um pedido a mais, especial, precisamos proteger a nossa população contra a indústria do bronzeamento artificial em câmara de radiação ultravioleta. Essas câmaras são proibidas desde o ano de 2009. E sabemos que existe um fortíssimo *lobby* no Congresso Nacional para que elas deixem de ser proibidas e sua atividade seja regulamentada. Não podemos deixar que isso aconteça. E quero fazer um pedido, que todos aqui se comprometam a estar com a SBD nessa luta contra o bronzeamento em câmaras de ultravioleta. Nessa luta contra o câncer de pele eu sou importante, o Deputado Anibelli Neto é importante, todos os demais presentes são importantes. Então, que consigamos que essa campanha, realmente, ecoe no nosso Estado e no nosso País neste ano de 2022. Muito obrigada. (Aplausos.)

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Gostaria de agradecer a importante fala da Dr.^a Paula Xavier atualizando os dados. Hoje inovando, trazendo esse pôlder, que uns chamam de *flyer*. E fomos presenteados com essa camisa para poder também divulgar o belo trabalho de vocês. E o nosso Poder Legislativo alguns anos, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, distribuímos esse *pin* para os Parlamentares, para os funcionários para que todos estejam conosco nesta luta em favor da saúde pública

contra o câncer de pele. Portanto, Presidente Traiano, com a sua concordância, damos início ao mês de conscientização contra o câncer de pele, em favor do *Dezembro Laranja*. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Anibelli, nós que agradecemos a fala da nossa Doutora. Um tema recorrente e muito importante para a prevenção da saúde de todos os paranaenses. **Vou suspender a Sessão por uns instantes** para os registros fotográficos com os Sr.^s Deputados agora.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Primeiro orador inscrito, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Michele Caputo; Soldado Adriano José; e Professor Lemos.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados e nossos convidados. Quero, nesta Sessão de n.º 115, Sessão Ordinária, fazer uma menção ao item 16. É um item que trata da 1.^a discussão do Projeto de Lei n.º 522, que diz respeito à mensagem n.º 111/22. Ela dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pelo Estado, para os hospitais que participaram de forma complementar do Sistema Único de Saúde, principalmente, levando em conta o enfrentamento da pandemia. É extremamente importante esse tipo de apoio, de ajuda. Eu mesmo, com o Deputado Alexandre Curi, com o Presidente desta Casa, o Deputado Traiano, a convite do Deputado Traiano, algum tempo atrás estive em uma reunião no Palácio, na presença do então Secretário da Saúde César Neves, onde colocamos a necessidade de se discutir um apoio, por conta de tudo que os hospitais passaram, principalmente, aqueles que atuaram nesse enfrentamento. Veio a proposta da mensagem. Elogiamos esse apoio. Só que fiz duas emendas. Uma emenda o Governo acatou, que ela define, como critério, o faturamento do

hospital, para levar em conta o apoio que o hospital vai receber. Ou seja, o faturamento do hospital ele leva em conta a produção do hospital para o SUS e leva em conta a complexidade dos procedimentos que o hospital realiza. Então o auxílio ele tem que se pautar, no meu modo de entender, e o Governo aceitou pela informação que tive da Liderança do Governo, que o critério seja o critério desse faturamento, que leva em conta a produção *versus* a complexidade do atendimento. Acho mais justo, mais correto, já que você, quando trabalha para o Sistema Único de Saúde, o faz contratando produção, procedimentos e serviços. Outra emenda que tinha apresentado ela dizia – porque não imaginávamos, tínhamos informação, que os hospitais psiquiátricos iam ficar de fora – e a Covid impactou de forma muito contundente também na saúde mental das pessoas. Acho que isso é muito claro, é muito evidente. Qualquer análise que façamos, qualquer observação, qualquer exame dos resultados do impacto da pandemia, vamos constatar um crescimento e um problema muito sério com relação à saúde mental. E aí pus uma emenda que dizia: “inclusive hospitais psiquiátricos”. Aí fui informado pela Dr.^a Izabel, Dr.^a Izabel parece que está usufruindo seu direito de lua de mel – acabei de ser informado –, mas fui informado, meu caro Líder, amigo, Marcel Micheletto, que a Secretaria de Estado da Saúde garante que os hospitais psiquiátricos estão no bojo desse auxílio financeiro. E que eles acham que ao citar os hospitais psiquiátricos ele poderia diminuir os outros hospitais que atendem a urgência e emergência, que atendem a gravidez de alto risco, e tudo mais, que prestam serviço de forma complementar ao SUS, principalmente, aqueles mais impactados e no período da pandemia. Gostaria que ficasse só registrado, primeiro agradecer a compreensão que o critério leva em conta o faturamento, porque não dá para dar cheque em branco para ninguém, mesmo para os mais intencionados, melhores intencionados; segundo que também não tenho problema nenhum em acatar a retirada inclusive dos hospitais psiquiátricos e coloquei à Dr.^a Izabel, e acho ela deve ter feito, que ela falasse também com a Federação que representa os hospitais no sentido de garantir isso, porque essa sugestão me veio dessa Federação. Estou vendo o positivo seu, Marcel, não tenho motivo nenhum para duvidar disso e agradeço essa questão. Depois na segunda Sessão vou falar

de um Projeto nosso, aliás, do Deputado Goura que relatei na Saúde, o Paulo Litro relatou na Comissão de Justiça. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito ao 1.º Secretário, antes de anunciar o segundo orador, que proceda à leitura de expedientes que chegaram aqui à Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli): Senhor Presidente, recebemos nesta data o Ofício vindo da Governadoria, assinado pelo Governador do Estado Carlos Massa, Ofício n.º 580/2022, que, ao mesmo tempo em que cumprimenta esta Casa, com fundamento no art. 87, inciso XV da Constituição Estadual, combinado com o art. 126, I da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15 de dezembro de 2005, indica o Sr. Augustinho Zucchi, RG. N.º 1.735.768-9, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Tenho mais mensagens, Presidente, não sei se o senhor quer que leia as mensagens.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)
Mensagem n.º 125/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 525/2022)** que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de aumento de capital social no Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar, nas condições e até o valor que especifica; Mensagem n.º 126/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa Substitutivo geral ao Projeto de Lei n.º 289/2021, que altera dispositivos da Lei n.º 14.895, de 10 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz de Iguaçu; Mensagem n.º 127/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 526/2022)** que regulamenta o Fundo Paraná, destinado a apoiar o

desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual, e adota outras providências.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **E-mail da Caixa Econômica Federal** encaminhando resposta ao Requerimento n.º 3418/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1505/2022** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando relatório de fiscalização n.º 12/22, referente ao monitoramento das recomendações propostas pela auditoria da 2.^a revisão tarifária periódica do saneamento, realizada pela Agepar; **Ofício n.º 3272/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Casa Civil ao Requerimento n.º 3491/2022, do Deputado Arilson Chiorato e demais Parlamentares; **Ofício n.º 3277/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 2947/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 582/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 489/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.274; **Ofício n.º 597/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 473/2022, convertido na Lei n.º 21.273; **Ofício n.º 583/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 490/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.287; **Ofício n.º 588/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 368/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.279; **Ofício n.º 591/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 415/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.285; **Ofício n.º 589/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 346/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.276; **Ofício n.º 584/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 425/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.284; **Ofício n.º 594/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 230/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.283; **Ofício n.º 593/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 388/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.275; **Ofício n.º 596/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 523/2020; **Ofício n.º 595/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 318/2022, sendo

convertido na Lei n.º 21.280; **Ofício n.º 587/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 409/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.286; **Ofício n.º 592/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 378/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.278; **Ofício n.º 581/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 326/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.277; **Ofício n.º 586/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 247/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.281; **Ofício n.º 585/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 251/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.282. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, em função do Ofício encaminhado pelo Sr. Governador informando o nome para ocupar a vaga do Conselheiro Nestor Baptista, que se aposentou, e encaminha aqui à Assembleia o nome do Ex-Deputado, Ex-Prefeito de Pato Branco Augustinho Zucchi, por essa razão, comunico aos Sr.^s Deputados que, considerando o recebimento do Ofício do Governador que indica o Sr. Augustinho Zucchi para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, faz-se necessária a criação da Comissão Especial, na forma dos art.^s 67, IV e 249 do Regimento Interno. Solicito aos Líderes que procedam à indicação dos respectivos membros, nos termos do art. 66, § 2.º do Regimento Interno. E informo o quociente necessário à formação da Comissão Especial, assim composta: Bloco PSD/MDB, um membro; Bloco PSDB/Cidadania/PROS/União Brasil, um membro; Progressistas, um membro; Republicanos, um membro. Solicito aos membros já indicados que possam, por favor, escolher a Presidência e já de pronto, também, fazer a sabatina, porque pretendo submeter ao voto já a escolha do novo Conselheiro do Tribunal ainda na semana que vem. Então, por favor, solicito que a Comissão se reúna e faça a sabatina, para que possamos submeter ao voto o nome do Augustinho Zucchi. Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José. Deputado Soldado Adriano José, por favor.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, público que nos assiste pela *TV Assembleia*. Subo rapidamente à tribuna desta Casa de Leis para falar sobre esse grande ser humano, ser humano extraordinário, Sr. José Carlos Machado de Oliveira, mais conhecido como Dr. José Carlos, tendo como esposa a Sr.^a Maria das Graças Machado de Oliveira, e filhos a Sr.^a Isadora Machado de Oliveira e o Dr. Leandro Henrique Machado de Oliveira, que nesta tarde acompanha aqui o Dr. José Carlos. O Dr. José Carlos que com a sua família faz a gestão do Hospital Cristo Rei, em Mandaguari. Há 66 anos, o hospital sendo uma referência para Mandaguari, Maringá, região e todo Estado do Paraná. Sob a gestão do Dr. José Carlos o hospital está há 30 anos, faz uma gestão com muita seriedade, com muita responsabilidade. Quero dar os parabéns ao Dr. José Carlos, a sua família, a todas as pessoas que trabalham ali no Hospital Cristo Rei. O Dr. José Carlos que há décadas, com todos os colaboradores ali do hospital, vem cuidando do que temos de mais precioso, que é a nossa vida, cuida de pessoas. Desejo ao Dr. José Carlos que Deus continue proporcionando para o senhor, para todas as médicas, médicos, colaboradores, funcionários, muita saúde, muita paz, muita sabedoria, muita força de vontade para que vocês possam continuar a missão que Deus deu a vocês. Sabemos que não é fácil. Porém, Dr. José Carlos, saiba que o senhor, o Hospital Cristo Rei, sempre terá o nosso apoio e o apoio do Governo do Estado, para que vocês possam continuar salvando vidas e cuidando de pessoas. E, nesta Casa de Leis, por unanimidade, aprovamos um grande título, o título de Menção Honrosa pelos trabalhos prestados à população, título este que é destinado a pessoas que se destacam na sociedade e que fazem a diferença na vida das pessoas. E aqui quero aproveitar para agradecer aos amigos, ao Vereador Chiquinho de Mandaguari, que apoiou essa ideia desde o início; ao nosso amigo Claudinei Pimenta, Ex-Vereador na cidade de Mandaguari também. Está aqui o Guilherme Osvaldo, que é uma liderança do PP Jovem aqui no Estado do Paraná, PP aqui no Estado, que é liderado pelo grande Deputado Federal Ricardo Barros. Era o que continha, Sr. Presidente. Com a sua permissão, gostaria de fazer a entrega da Menção Honrosa ao Dr. José Carlos e às pessoas

que o acompanham, com os nossos Deputados que estão aqui nesta grande Sessão na Assembleia Legislativa. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, vai fazer a entrega? Pois não, pode proceder à entrega então. Enquanto isso, anuncio o próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão nesta terça-feira, quero aqui fazer um cumprimento especial aos nossos visitantes. Estamos aqui com a presença de servidores do Estado do Paraná, servidores do Estado das mais variadas áreas. Da educação está aqui a professora Walkiria, Presidente da APP-Sindicato, mas está o Fórum dos Servidores. Então, temos mais representações, como a Vanderleia, que preside o Sindicato que representa os Policiais Penais do Estado. Mas temos aqui a presença de servidores da saúde, servidores de várias categorias do serviço público do Estado do Paraná. Estamos com a presença também de outras lideranças, como Vereadores e Vereadoras, Prefeitos e Prefeitas. Estamos com a presença de pais, mães, que vem para esta Assembleia porque tem pauta importante aqui para ser deliberada por esta Assembleia Legislativa. Antes de avançarmos nos Projetos que tramitam aqui na Casa, antes de tratar dos Projetos, quero aqui cumprimentar a Procuradoria da Mulher, na pessoa da Deputada Cristina Silvestri, que é a Procuradora da Mulher aqui na Assembleia Legislativa. Com ela está a Alessandra Simões Abraão, que é a Coordenadora da Procuradoria-Geral da Mulher aqui da Assembleia, mas também está aqui a Marcia Paz. Está também a Loreci Nardelli, que compõem a assessoria da Procuradoria da Mulher aqui na Assembleia Legislativa. E a Procuradoria tem feito um trabalho relevante, provocando os mais diferentes municípios do Paraná para fazer o debate de prevenção e de combate à violência contra a mulher no Estado do Paraná. Hoje é um dia especial, de luta, um dia especial de luta pelo fim da violência contra as mulheres. É 6 de dezembro. Aprovamos aqui na Assembleia uma lei da nossa autoria, que é a Lei 19.719 de

2018. Essa lei instituiu o *Dia Estadual de Mobilização dos Homens do Paraná pelo fim da Violência contra as Mulheres*. E fazemos este debate com a Procuradoria das Mulheres aqui na Assembleia Legislativa. Hoje estamos com o laço branco. O laço branco nasceu da indignação e da comoção geral lá em Montreal, no Canadá, no dia 6 de dezembro de 1989, quando Marc Lépine, um jovem de 25 anos, pegou uma metralhadora, foi até a Escola Politécnica lá em Montreal, mandou que os homens que estavam na sala de aula, era uma sala de aula de estudantes de Engenharia Civil, ele ordenou que os 50 homens saíssem da sala e metralhou as estudantes, matando 14 estudantes, 14 mulheres que estavam estudando no curso de Engenharia Civil. Ao final, ele se matou e deixou um bilhete dizendo que ele não tolerava, estava indignado com mulheres fazendo o curso de Engenharia Civil. Isso é o machismo, entender que essa área, que é a área da engenharia, não pode ser ocupada por mulheres. Então, isso gerou uma comoção que extrapolou o Canadá e hoje está no mundo todo. Hoje é o Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e o símbolo que usamos é o laço branco. É também uma data nacional... (É retirado o som.) Senhor Presidente, vou usar o horário da Liderança do PT.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, é o dia também nacional, temos uma lei federal, é o dia estadual, uma lei de nossa autoria. Então, hoje estamos trabalhando para que todos os homens se conscientizem de que o machismo tem que ser superado, que a violência de gênero precisa ser extinta.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O gênero masculino não pode, não deve e não pode subjugar o gênero feminino, atacar com violência, as mais variadas violências, sejam violências psicológicas, violência física, violência política, inclusive o feminicídio, que é a eliminação da mulher. Então, isso precisa ser combatido por toda a sociedade, não pode ficar só como tarefa de uma parte da sociedade, que é a parte oprimida, não pode ficar só com as mulheres essa

tarefa. Por isso é uma data importante. Aqui na Assembleia temos um número pequeno de Deputadas e é o exemplo da violência contra a mulher, é o exemplo do machismo que precisamos superar. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada pelo aparte, Deputado Professor Lemos. Quero me somar ao seu pronunciamento e primeiro parabenizá-lo pela iniciativa, pela lei deste dia como o dia também estadual de mobilização dos homens pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Vivemos um momento bastante difícil e percebemos que nesses últimos anos aumentou ainda mais a violência contra a mulher. Então, uma lei como esta que V.Ex.^a apresentou é de fundamental importância. Precisamos de muitas ações que façam esse enfrentamento à violência contra a mulher. Infelizmente é triste quando vemos e infelizmente as notícias são diárias de mulheres que estão sendo espancadas, de mulheres que estão sendo assassinadas e só vamos combater isso quando todo mundo se conscientizar, mas de uma maneira especial o homem se conscientizar de que a mulher precisa ser respeitada e todo mundo tem direito à vida. Então, parabéns a V.Ex.^a pela iniciativa desta lei. Acredito que são iniciativas, são ações assim que vão realmente fazendo um enfrentamento no dia a dia e que vão fazendo com que a nossa juventude, as nossas crianças que estão vindo estudando e entendendo também o porquê deste dia, entendendo que devemos construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, uma sociedade onde todos sejam respeitados. Acredito que isso é que realmente vai mudar este cenário da violência que ocorre contra a mulher. Infelizmente os dados de hoje ainda nos assustam, mas acredito muito que ações com esta estão contribuindo e vão contribuir ainda mais com este enfrentamento. Não podemos aceitar nenhum tipo de violência, como V.Ex.^a falou, nem a violência moral, nem a sexual, nem a física, nem a psicológica, nem a política. Precisamos construir uma sociedade que respeite homens e mulheres e isso depende muito de todas as nossas ações. Então, parabéns pelo seu trabalho, parabéns por esta defesa e esperamos que consigamos mudar este cenário onde as mulheres ainda não são vistas como sujeito de direito e nem com direito à vida. Obrigada pelo aparte.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Eu que agradeço, Deputada. O seu aparte engrandece o nosso pronunciamento. Muito obrigado pela contribuição importantíssima de V.Ex.^a. Quero aqui também dizer que precisamos aprovar Projetos que ainda tramitam nesta Casa que contribuem para pôr fim à violência contra a mulher. Um deles é um Projeto nosso que está na CCJ, pedimos que ele venha para Plenário, ele já passou em primeira votação no Plenário e precisa voltar para cá, que é o Projeto que cria o Programa Maria da Penha Vai à Escola, para desde cedo trabalharmos com os nossos estudantes, trabalharmos a igualdade, combatermos o machismo e combatermos a violência contra a mulher. Ao lado de leis que já aprovamos aqui, como a lei de nossa autoria que foi aprovada na metade deste ano e publicada em julho deste ano, que é a lei que institui a Política Estadual de Combate à Violência contra a Mulher. Então, leis como essas precisam ser aprovadas e implementadas, para que possamos evoluir como sociedade, pôr fim ao machismo e fazer a valorização das mulheres no nosso Estado e no nosso País.

Deputado Gilberto Ribeiro (PL): Professor Lemos, um aparte, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim, Deputado.

Deputado Gilberto Ribeiro (PL): O senhor tocou em um assunto importantíssimo, sobre esse austríaco que não aceitava que mulheres fizessem o curso de Engenharia Civil. Aqui nesta Casa propomos uma lei que dava 5%, a oportunidade de mulheres trabalharem na construção civil. Foi debatido na CCJ e esse percentual veio para 3% de mulheres fazerem parte da construção civil, darem o acabamento aos prédios em construção aqui no Estado do Paraná. A lei foi aprovada aqui em Plenário, mas essa lei foi vetada pelo Governo do Estado do Paraná. Não precisa ir longe para vermos essas injustiças que acontecem, o machismo. Lá na Áustria um homem matou, aqui no Paraná provocou desemprego. Três por cento seria um percentual insignificante, mas que geraria emprego às mulheres para as mulheres paranaenses na construção civil.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Perfeito.

Deputado Gilberto Ribeiro (PL): Muito obrigado, Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Apoiei o Projeto de V.Ex.^a e defendo que temos que ter espaço, sim, para as mulheres em todas as áreas. Lugar de mulher é onde ela quiser estar. Parabéns, Deputado! Quero também aqui falar da presença de várias lideranças aqui preocupadas com Projetos que tramitam nesta Casa e um deles é o Projeto que cria o orçamento para o ano que vem, que é a LOA para o ano que vem. Os servidores querem que seja inserida, na lei orçamentária do próximo ano, a previsão da reposição salarial da inflação e também a previsão de promoções e progressões de carreira e previsão para concurso público, porque tem defasagem em todas as áreas. Precisamos de profissionais, seja na educação, seja na saúde, seja na segurança pública. Então, é um Projeto importante, assiste razão ao Fórum dos Servidores, que aqui comparece para solicitar o apoio desta Casa para que conste no orçamento do ano que vem previsão para os servidores públicos. Também a PEC n.º 3, que tramita nesta Casa, que libera geral para terceirização dos serviços públicos, em todas as áreas. A posição do Fórum dos Servidores é contrária e também somos contra a essa PEC n.º 3, que tramita nesta Casa. Outro Projeto é o Projeto 522, que tira a autonomia das nossas universidades, porque propõe jogar para a iniciativa privada, transferir hospitais, que hoje são públicos, Hospitais Escola, Hospital da UEM, lá em Maringá; Hospital da UEL, lá em Londrina; Hospital da Unioeste, lá em Cascavel; Hospital da UEPG, em Ponta Grossa. É um absurdo porque fere o art. 180 da Constituição do Estado do Paraná, combinando com o art. 207 da Constituição Federal. Assiste às universidades a autonomia para fazer a gestão dos hospitais, que são hospitais que servem a população. São hospitais também que formam profissionais na área de saúde. Tem a nossa posição contrária. Também fere a Lei Orgânica da Saúde, que é uma Lei Federal 8.080, de 1990, que garante autonomia integral às universidades, quando se trata de Hospitais Escola, como é o caso desses hospitais. Por isso, as comunidades universitárias estão todas se levantando contra e a população dos municípios e da região envolvida também. Pedi vista na CCJ. Vou apresentar um voto em

separado na Sessão de amanhã, porque não concordamos com esse absurdo, que esse é o caminho para a privatização... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Esse é o caminho para a privatização na sequência dos hospitais, que são importantíssimos para atender à saúde da população, mas também formar profissionais, que é para o ensino, para a pesquisa. Isso fere a autonomia. Além de ser inconstitucional, entendemos que isso é imoral. Por isso, somos contra esse Projeto 522, de autoria do Governador Ratinho Junior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto. Houve um equívoco aqui, Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Homero Marchese (REP); Marcel Miqueletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, outros que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Creio que muita gente no Brasil está preocupada com os rumos que o País está tomando. Muita gente esqueceu o que é ditadura. Acho que esqueceram, fingem que esqueceram ou não sei o que esperam. Vou ler aqui para relembrar a memória: “Ditadura é um regime de Governo, onde o poder está concentrado nas mãos de um indivíduo ou grupo. Uma ditadura se caracteriza por ter censura, falta de eleições transparentes, de liberdade partidária.” Alguma semelhança com que vivemos hoje ou alguém tem alguma dúvida? Temos liberdade hoje? Não. Temos aqui o direito de duvidar de umas eleições? Não. Quem está comandando isso? Um Ministro e seus pares. O Ministro Alexandre de Moraes e os pares dele, que fazem parte da vergonhosa Suprema Corte do Brasil. Uma Suprema Corte que vai ficar nos livros de história, como a pior Corte, como uma Corte mais ordinária que este País já teve. Comandada por um Ministro,

como todos que ali estão, foram colocados devido ao *lobby* político e não por merecimento, não por capacidade, e deveriam, conforme juramento, cumprir a Constituição Federal e defendê-la. São hiperbem pagos para isso, mas o que eles têm feito? Rasgado a Constituição. Estão ignorando o Parlamento porque eles não fazem leis. Nós, Deputados, nós, do Legislativo, fazemos leis. Agora, eles criam interpretações, decretos e tocam do jeito que eles querem. Essa última semana aqui, duas Parlamentares, Deputadas Federais, Bia Kicis e Carla Zambelli, as duas Deputadas mais bem votadas do Brasil, tiveram todas as redes retiradas e ainda o protótipo de imperador, Alexandre de Moraes, colocou, estipulou uma multa de R\$ 20 mil para quem reproduzir algum vídeo delas. Em que País estamos vivendo? Cadê, Sr.^s Deputados Federais? Em sua grande maioria estão calados. Vocês estão vendo o Parlamento ser destruído por um *Zé mané*, que foi colocado lá como Ministro e vão aceitar calados? Esta Casa, todas as Assembleias deveriam se manifestar contra essas atitudes antidemocráticas, atitudes de ditadores. Tem que ter um movimento para calar esse tipo de coisa. (Manifestações nas galerias.) Chega! Os adeptos da maconha fiquem quietos, por favor. Aqui é uma Casa séria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado... Essa senhora que está de verde, peço respeito, não se manifeste.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): E temos também um Senado Federal que é uma vergonha. Presidente do Senado, Seu Rodrigo Pacheco, um traidor da Pátria, um vendido, um covarde, um bandido que ali está, que deve responder por crime de prevaricação, porque não toma uma atitude sequer para barrar as arbitrariedades do Supremo Tribunal Federal. É uma vergonha o que está acontecendo. E ainda, esse Rodrigo Pacheco, esse, qual é o termo para ele? Canalha! Está querendo agora aprovar a PEC da quebra do teto de gás, que vai quebrar o nosso País, como foi feito na Argentina, na Venezuela, no Chile. Por isso, tenho aqui a certeza de que esse bando não vai assumir o poder. A Suprema Corte Militar tem que entrar em ação. Não podemos entregar o nosso País se há tantas dúvidas quanto a essas eleições. Se há dúvidas, elas têm que ser

investigadas. Isso é democracia. Se forem investigadas e comprovadas que estão limpas, ótimo. Porém, o Supremo Tribunal Federal, ou melhor, o Tribunal Superior Eleitoral, nas mãos desse protótipo de imperador Alexandre de Moraes, não dá ouvido a ninguém, não aceita crítica e não faz investigação. É obrigação dele, obrigação dele, atender ao pedido de um partido político. É obrigação dele, ele não cumpre e ainda multou o partido em mais de 22 milhões. Isso não é o papel de um homem sério. Isso não é o papel de uma pessoa que preza pela democracia. Isso é um ditador que não vale absolutamente nada, para o povo brasileiro. Por isso que o povo brasileiro continua nas ruas, em frente aos quartéis. Por isso que aquela aldeia de índios está lá chamando o Lula de ladrão e não aceitando as eleições. Sabem por quê? Porque na aldeia em que eles votaram, no Bolsonaro, teve zero voto para o Bolsonaro, de acordo com o relatório do Tribunal Superior Eleitoral. Tem cabimento isso? A aldeia inteira votou no homem, ele teve zero voto e temos que ficar quietos? Vamos ter que ficar calados? Quem não deve não teme. Se tem o tal código fonte, libere. Se não libera o código fonte é porque há algo de errado. É crime previsto em lei quando o Tribunal Superior Eleitoral se nega a entregar todas as informações pedidas. Isso é crime que pode até anular as eleições. Não sou eu que estou falando, está na lei. Na lei, lei esta que infelizmente não se obedece mais. É igual o processo das *fake news* que esse doente fez. Não existe lei contra *fake news*. E quem mais fez *fake news* durante toda a vida foi o Lula e o PT. Aqui nesta Casa os Deputados iam lá e diziam: “Bolsonaro deixou 33 milhões de pessoas passando fome”. Mentira. Saiu o relatório do Banco Mundial, foi o Governo que mais tirou gente da pobreza de todos os tempos aqui no Brasil. Tem fonte, não é fonte do PT, porque o PT fala e não apresenta fonte nenhuma, estou falando fonte do Banco Mundial, o menor número de pessoas passando fome é neste atual Governo, graças aos trabalhos sociais que esse Governo tanto fez para o bem do povo. E as mentiras continuam. Cheio de gente acreditou nessas mentiras que o PT sempre fez. O PT é um Partido formado por roubo, por mentira e por incompetência, essa é a gestão do PT. Agora ele quer colocar como Ministro da Fazenda o seu Haddad, um cara incompetente, o pior prefeito que o Brasil já teve, e como Chefe da Casa Civil ele

quer indicar o Rui Costa, aquele que Governou a Bahia, que destruiu a Bahia, aquele que comprou 43 milhões em respiradores em uma loja de maconha, e não chegou respirador para ninguém. É esse o time que o PT quer fazer, um time de quadrilheiros. Calma que a maconha não vai chegar aí não, calma. Se já fumaram nem deveriam estar nesta Casa aqui. Por isso que fiz uma lei aqui para exigir o exame toxicológico de qualquer funcionário público. É importante, inclusive de parlamentares, e até de quem frequenta esta Casa é importante, para a pessoa vir aqui sóbria, não assim com a mente deturpada. Presidente, use o segurança e ponha para fora quem está atrapalhando a fala, aqui tem que ter o mínimo de respeito com o Parlamentar. Se a pessoa não tem o mínimo de respeito ela que fique lá fora gritando com a parede.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já solicitei à senhora que não se manifestasse. Estou percebendo que tem outras pessoas aí se manifestando e, olha, respeito a posição do Deputado Arruda, já me manifestei aqui que sou amplamente favorável às decisões que aconteceram em relação às eleições. Sou contrário a essa história de revisão. Portanto... E olha que não fui eleitor do Lula! Então, peço a vocês que saibam ouvir, independentemente do que fale o Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Presidente. A questão de eleição, se vai ou não ter, se vai ter ou não um julgamento, vamos saber mais para frente um pouco, lógico que antes do ex-presidiário tomar posse, que espero que jamais tome e creio que não vai tomar posse, porque não tem cabimento permitirmos que um condenado, que deveria estar na cadeia, seja o Presidente de um País. Isso já virou piada no mundo inteiro, que o Brasil tira um cara da cadeia e deixa-o competir para Presidente, e põe um tribunal Superior Eleitoral, totalmente partidário, obedecendo a ele... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Uma diferença grande, o povo brasileiro elegeu o Presidente Bolsonaro, as urnas elegeram o Lula, vamos ver então como vai ficar, se o povo é soberano, o povo vencerá, e essa soberba toda cairá por terra abaixo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, população que nos assiste. Nos últimos dias, o Supremo Tribunal Federal acabou levantando sigilo de algumas decisões que tomou para censurar algumas pessoas aqui no País, no âmbito de dois inquéritos instaurados no STF, o inquérito 4.874, que é o chamado inquérito das chamadas milícias digitais, e o inquérito 4.871, se não estou enganado, que é o das *fake news*. E uma decisões que agora chegam ao nosso conhecimento é a decisão que determinou a censura das redes sociais do ex-candidato a Presidente, a Vice-Presidente da República, na chapa da Presidente Soraia, do União Brasil, o Marco Cintra, que também é um economista reconhecido no País, é Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas, foi Secretário da Receita Federal, e é um profissional respeitado no Brasil. E a decisão está aqui, uma decisão de três páginas, em que inicialmente é possível saber afinal por que o Marco Cintra foi censurado, porque há o *post* que levou à censura. E, nesse *post*, gostaria de ler para os senhores, gostaria que os senhores verificassem, ainda que não concordassem com o que ele falou, se ainda entendessem que ele está errado, que ele fez alguma afirmação incorreta, se ele mereceria censura e uma visita à Polícia Federal e uma pena de R\$ 20 mil estabelecida se ele descumprir a decisão de ficar quieto no País. Disse o Marco Cintra: “E as urnas TSE, tenho razões para não concordar com Bolsonaro”. Então, ele começa criticando o Bolsonaro. “Falta de preparo de cultura, baixa capacidade de liderança e comportamento inadequado para presidir um País como o Brasil”, diz o Marco Cintra. Mas as dúvidas que ele levanta sobre as urnas merecem respostas. “Verifiquei os dados do TSE e não vejo explicação para o Jair Bolsonaro ter zero votos em centenas de urnas, exemplo, Roraima, em São Paulo,

como em Franca, Osasco e Guarulhos. Quilombolas indígenas não explicam esses resultados, sob pena de admitir que comunidades foram manipuladas. Há outras centenas, senão milhares de urnas com votações igualmente improváveis. Curiosamente não há uma única em todo o País onde o Bolsonaro tenha tido 100% dos votos, e se há suspeita em uma única urna, elas recaem sobre todo o sistema". Segue ele. "Acredito na legitimidade das instituições", afirma ele. "Não admito que o TSE seja cúmplice no caso de descobrirem algum *bug* no sistema; mas, sim, se tornará cúmplice se não se debruçar sobre esses fatos e esclarecer tudo. Independentemente de qualquer outra consideração, ou preferência política, a preservação das Instituições democráticas exige respostas convincentes". É óbvio, está certo ele. "Caso contrário estarei sendo forçado a reconhecer a validade dos pleitos por voto em papel. Tivéssemos registros em papel, sem prejuízos das vantagens da digitalização dos votos". Ou seja, ele ainda quer o sistema eletrônico, mas com voto impresso. "Esses casos, aparentemente inexplicáveis, poderiam ser rapidamente descartados, evitando as dúvidas sobre a integridade do sistema que estão se avolumando. São dúvidas legítimas", conclui ele. "Qualquer cidadão como eu tem o dever de exigir esclarecimento das autoridades competentes para preservar a democracia e a legitimidade de nossas Instituições". É óbvio, está certo. "Quero, ardentemente, acreditar que haja explicação convincente". Marco Cintra. Esse *post* de alguma maneira chegou à mesa de Alexandre de Moraes, que concluiu o seguinte, agora o Ministro Alexandre de Moraes dizendo. "Conforme se verifica, Marco Cintra utiliza as redes sociais para atacar as instituições democráticas, notadamente o Tribunal Superior Eleitoral, bem como o próprio Estado democrático de direito, o que pode configurar em análise preliminar crimes eleitorais. Essas circunstâncias permitem, portanto, a adoção de medidas que restrinjam a divulgação de conteúdo falso, eminentemente antidemocrático, frisa Alexandre de Moraes, em evidente violação à liberdade de expressão, bem como a realização de diligências, de modo que os fatos apurados sejam completamente esclarecidos". Aí o Alexandre de Moraes determina a suspensão das redes sociais do Marco, a intimação para que ele depusesse na Polícia Federal em 48 horas e a expedição de ofício à empresa

Twitter, para que, sob pena de R\$ 100 mil, não mais permitisse que Marco Cintra publicasse qualquer coisa. Uma decisão esdrúxula, uma decisão absurda, que se *levada a ferro e fogo*, na prática proíbe qualquer tipo de crítica à instituição ou aos seus representantes. Qualquer pessoa que fizer, a partir de agora, por essa lógica, uma crítica a qualquer instituição brasileira, como esta Assembleia, ou a qualquer agente público, como os Deputados, passa a estar sujeito à censura e à multa, e vai ter que fazer uma visita à Polícia Federal. Já disse para os senhores, eu mesmo estou censurado desde 13 de novembro e até agora não sei por quê. Demorei duas semanas e meia para ter acesso ao número do processo. Agora estamos em outra saga que é obter, no gabinete do Ministro Alexandre de Moraes, no STF, o acesso aos autos, que são mantidos em papel, é preciso chegar lá o advogado e pedir acesso aos autos. Ele seleciona quais folhas ele vai dar acesso e aí fazer cópia com a marca-d'água dos autos. Gostaria só de ler um trecho de uma Adin, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi julgada procedente pelo STF em 2018, tendo como relator o suspeito Ministro Alexandre de Moraes, que diz o seguinte: “O direito fundamental e liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como, as não compartilhadas pelas maiorias”, diz Alexandre de Moraes, em 2018. Olha o que ele diz agora: “Ressalta-se que mesmo as declarações errôneas estão sob a guarda dessa garantia constitucional, no que foi seguido a unanimidade pelos membros do STF”. O que é que mudou, Sr. Ministro Alexandre de Moraes, de 2018 para cá, a ponto de rasgar absolutamente esse precedente do STF, para emitir uma decisão como essa? No meu ponto de vista, o que acontece talvez não seja uma vontade de proteger nenhuma instituição ou o processo democrático, porque esse tipo de decisão tem um efeito justamente contrário, justamente o oposto. Pergunto-me se a intenção do Ministro e do Supremo Tribunal Federal não é humilhar aqueles que não pensam como eles. Theodore Dalrymple, que é um médico britânico famoso por escrever sobre política, ao estudar e comentar a propaganda comunista, disse que o objetivo da propaganda comunista não era persuadir ninguém. Não queria

persuadir ninguém que estava certo. O objetivo era humilhar. A propaganda, dizia ele: “Não deveria aproximar-se da verdade o máximo possível, pelo contrário, ela deveria violentá-la tanto quanto pudesse. Afinal, ao afirmar incessantemente aquilo que é evidentemente falso, ao tornar essa inverdade onipresente, inevitável, enfim, ao insistir que todos aquiesçam publicamente a ela, o regime demonstra seu poder e reduz os indivíduos a nulidades”. Pergunto-me se o Supremo Tribunal Federal não quer mesmo é ver de joelhos as pessoas a quem está censurando. E já são 10 Deputados Federais. Já são Juízes, já são empresários pelos *posts* mais absurdos do mundo. Coisinhas de curtidas de *WhatsApp* estão censuradas e sujeitas à multa. Enquanto isso o Supremo Tribunal Federal faz tudo isso em processinhos produzidos por atacado, que têm a extensão de uma ou duas folhinhas de papel, possivelmente levadas a conhecimento do Tribunal por uma empresa terceirizada contratada justamente para espionar a população brasileira ou por desafetos políticos, porque invariavelmente os censurados são de direita. Não sei por que acontece. Não tem censurado de esquerda. Não tem gente de esquerda que critica as instituições aqui no Brasil? Quantos xingamentos, por exemplo, o atual Presidente, ou Deputados de direita já receberam nesta Casa? Se fosse *levar a ferro e fogo* deveria estar todo mundo censurado. Por que isso não acontece? E não estou pregando isso, muito pelo contrário, defendo a liberdade de expressão, defendo a imunidade parlamentar, só quero que essas duas regras valham para todo mundo. Se é para valer para um lado, é para valer para o outro também. E fico imaginando até onde isso vai, porque hoje é dia 6 de dezembro, as eleições já acabaram, logo teremos um novo Presidente tomando posse e essa arbitrariedade absurda continua. Imagino, caso haja a posse do novo Presidente, como vai agir, a partir de agora, o Supremo Tribunal Federal? Aí vai utilizar um Governo, que é do mesmo lado dele, para perseguir mais ainda desafeto político? O que é que é? Vai querer me prender, por exemplo? Vai querer prender os 10 Deputados Federais que estão censurados no País? É preciso dar um basta nisso. E ninguém melhor que os outros Ministros do STF que estão, por enquanto, cúmplices dessa atitude descabida de Alexandre de Moraes não

tomarem providência. Os senhores precisam tomar providência. Precisam dar um fim nisso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente Traiano, Deputados e Deputadas. Tenho aqui algumas informações que gostaria de passar sobre as decisões que estamos tendo aqui com esta Casa e, como sempre, temos construído pontes, temos intermediado para sempre trazer para esta Casa um protagonismo das decisões que vêm do próprio Governo, ouvindo as orientações dos Deputados e ouvindo as sugestões todas. Quero tranquilizar os funcionários, reitores na questão dos hospitais universitários. Tudo isso estamos buscando entendimento para que possamos construir e jamais deixar que as nossas universidades percam autonomia e direcionamento nas suas conduções. Então, quero tranquilizar nesse sentido. Vejo aqui familiares também, pessoas com relação à canabidiol que estamos falando aqui com o Deputado Goura e mais outros assuntos com o Deputado Michele. Várias pessoas que também têm o mesmo entendimento que nós e o Governo também não vai se opor a isso. Acho que é importante mostrar o carinho e a sensibilidade do Governo com essa pauta, com a epilepsia, com essas crianças todas. Então, queremos também tranquilizar nesse sentido, acho que vamos ter um bom encaminhamento. Mas quero aqui, depois do que ouvi do 1.º Secretário, uma mensagem que vem do Governo do Estado. O Governador mandando uma mensagem para esta Casa sobre uma pessoa que todos nós aqui Deputados, Deputadas, servidores e o próprio povo paranaense têm um carinho pelo Augustinho Zucchi. Uma pessoa proba, séria, íntegra, correta. Tem o carinho de todos nós aqui Deputados e Deputadas. E *caí como uma luva* a mensagem que o Governador traz para nós aqui fazendo com que seja encaminhado a esta Casa o nome do Augustinho Zucchi para ir para o Tribunal de Contas. Uma pessoa espetacular, decente. Uma pessoa que conheço desde menino, que contribuiu enormemente como Deputado Estadual. Um dos melhores prefeitos do Brasil. Um homem que fez uma revolução na gestão pública

de Pato Branco. Está hoje na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então, um homem probo. Um homem sério. Um homem correto e que tenho certeza de que terá unanimidade aqui nesta Casa, nesse entendimento que vem por meio da mensagem do Governador Ratinho Junior. Então, fico feliz, nesta tarde, de ter a oportunidade, como Líder do Governo, de falar sobre esse tema, falar sobre essa pessoa tão correta, tão significativa para esta Casa e para o Estado do Paraná, pelas suas contribuições, pela sua transparência, pelos seus atos republicanos e que confere a ele esta oportunidade, por meio da mensagem que o Governador nos traz...

Deputado Soldado Adriano José (PP): O senhor me concede um aparte?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Um aparte, Deputado Soldado Adriano.

Deputado Soldado Adriano José (PP): Quero, Líder Marcel Micheletto, parabenizar o Governador Ratinho Junior pela indicação do Augustinho Zucchi. E nós que estamos na vida pública temos como obrigação, prioridade de trabalhar sempre na construção de um legado. E o Augustinho Zucchi realmente construiu e vem construindo um legado. É interessante porque serve de referência para nós que estamos na política. Hoje ele está na Sedu, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, realizando um brilhante trabalho. Ele sucedeu o nosso hoje Chefe da Casa Civil Ortega, que vinha desempenhando um trabalho com muita excelência e muita qualidade e o Zucchi deu continuidade a esse trabalho, com o Lúcio e toda equipe ali da Sedu. Então, mais uma vez, parabéns ao Governador Ratinho Junior por essa grande indicação do Zucchi como futuro conselheiro do Tribunal de Contas.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Passo a palavra também ao Deputado Michele.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Obrigado, Deputado Marcel. Também quero parabenizar a escolha. Acho importantíssimo, sempre que possível, que no

Tribunal de Contas tenhamos pessoas com experiências exitosas no Executivo e no Legislativo, porque é importante ter essa compreensão de gente que já ordenou despesas, que já elaborou leis e que têm, como o Zucchi tem, um respeito muito grande pela questão republicana. Tenho certeza de que, falo por mim, mas tenho certeza de que ele pode chegar muito próximo da unanimidade, que seria extremamente honroso e compatível com essa escolha acertada que o Governador fez com relação ao seu nome. Leve a ele – faz bastante tempo que não ando por lá – leve a ele um grande abraço nosso.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Concordo plenamente com V.Ex.^a, Deputado Michelle. É um homem experimentado, homem que conhece do Executivo, conhece desta Casa, passou aqui vários mandatos e tenho certeza de que vai fazer um trabalho brilhante, com seus pares lá no Tribunal de Contas. E para finalizar quero dizer, principalmente ao Deputado Nelson Justus, que nessa última semana o Governador Ratinho Junior, um pedido de longa data de V.Ex.^a e do povo paranaense, estamos vendo a transformação que o Litoral Paranaense está tendo, com obras estruturantes, obras importantes que saíram o papel e estão fazendo uma grande transformação no nosso Litoral com a orla de Matinhos, mas, acima de tudo, agora, com a ponte de Guaratuba assinada com a empresa que fará essa construção. Então, mais uma vez mostra que o nosso Governo tem tido sensibilidade em todos os cantos do Paraná e principalmente agora, lá no Litoral. Semana que vem teremos a inauguração de uma das maiores obras do Estado do Paraná lá na minha cidade, que é o Frigorífico Frimesa, também, onde o Governo do Estado ajudou estabelecer essa condição. Isso faz com que o Paraná continue andando para frente, gerando emprego, gerando renda, gerando obras estruturantes em todos os cantos do Estado do Paraná e uma obra significativa, emblemática no Litoral Paranaense que é a ponte de Guaratuba que V.Ex.^a ...

Deputado Nelson Justus (União): Vossa Excelência concede-me um aparte?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Com certeza, Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (União): Olha, Deputado Marcel, este é um momento realmente emblemático e emocionante até, porque esperamos e tenho conversado muito, ainda ontem conversei com o Governador a respeito da assinatura desse contrato que depende agora apenas de duas audiências públicas, uma no dia 7 e outra no dia 9, uma em Guaratuba e outra em Matinhos, e que a ordem de serviço seja dada definitivamente para que em um curto espaço de tempo – e quero crer que ainda dentro do Governo Ratinho – possa ser inaugurada essa obra. É um sonho de todos os paranaenses. Quero crer e me arrisco a dizer que essa é a grande obra do Governador Ratinho Junior que ficará para a posteridade, porque há mais de 40 anos se luta por esse acontecimento e estamos prestes a, no máximo quero crer, em 60 dias, ter o início da obra. Isso é algo que todos nós paranaenses temos que comemorar. Só esperamos que não aconteça nada, nenhum imprevisto vindo de pessoas que possam querer nos atrapalhar. Mas quero crer que Deus tem iluminado nosso Governador, os seus assessores e essa obra deve iniciar dentro de 60 dias. Quero aproveitar para cumprimentar pela lembrança de comemarmos, juntos, o nome do Augustinho Zucchi, que foi Deputado conosco aqui por algumas vezes, foi segundo secretário, ocupou cargos importantíssimos aqui na Casa e é alguém que merece, sem dúvida nenhuma, todo o nosso apoio e que vai enriquecer o Tribunal de Contas. Parabéns. Transmita ao Governador as nossas homenagens. Obrigado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Era isso, Sr. Presidente, para mostrar mais uma vez o compromisso, o espírito público do nosso Governador principalmente com uma figura tão importante, conhecedor, experimentado como o Augustinho Zucchi, com certeza. Reichembach.

Deputado Reichembach (PSD): Só quero fazer uma referência também a essa obra da ponte de Guaratuba, porque ela realmente vai promover muito desenvolvimento na região, é importante para todo o Paraná. Evidente que o Deputado Nelson Justus conhece muito melhor essa realidade, sabe melhor do que nós dessa importância. E considerar também que estamos vivendo um

período excepcional das rodovias do Paraná. Ontem fiquei 9 horas e... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, seu tempo encerrou.

Deputado Reichembach (PSD): O Deputado Nelson Justus também para vir de Guaratuba... Para concluir, Deputado Traiano. Ele ficou sete horas na fila. É um período excepcional, mas é de grande importância. Parabéns ao Governo do Estado porque esse investimento é de extrema necessidade. Obrigado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, boa tarde a V.Ex.^a e a cada um e a cada uma que está aqui hoje. O motivo de subir aqui hoje é para falar mais um pouquinho sobre algumas agressões ao processo democrático brasileiro. É mais uma vez triste ouvir Parlamentares questionarem o processo eleitoral no Brasil e serem eleitos por essas urnas. Ou eleito agora ou eleito no passado. O mais difícil para a pessoa é aceitar que está com problema. Depois que ela aceita isso, tudo que é feito para melhorar a vida funciona. Alguns falam que não terá posse. Olha, primeiramente não terá posse, primeiro terá a diplomação e depois terá a posse; e, no dia seguinte, terá a nomeação. A nomeação do povo, a nomeação de um País livre, onde a maioria, com mais de 60 milhões de votos, escolheu o Presidente da República. E não é um fato simples para o Brasil. É a primeira vez na história de um País que um presidente não se reelegeu. Isso que cometeu inúmeros crimes eleitorais, inúmeras manobras fiscais, inúmeras coisas que em um processo mais apurado seria fatalmente e será condenado. Alguns falam aqui: *tiraram o cara da cadeia para virar presidente*. E agora vão tirar o presidente para levá-lo para a cadeia. Será condenado por tudo que fez ao povo brasileiro; será condenado por esse relatório de fome que hoje aparece. Quase

29% do Brasil entrando próximo à linha pobreza. Só no Paraná são 2 milhões de pessoas que entram na linha da pobreza por uma escolha política: do mercado e da elite. Enquanto quase 29% da população sofreu, 1% da população aumentou seu patrimônio. Governou para a minoria e perdeu com a minoria as eleições. Agora é hora de engolir, parar de *mi-mi-mi* e parar de ser menino mirrado, ficar no cantinho e entender que o jogo segue. E se ele às vezes achava que era o *dono da bola*, existem outras bolas para colocar no jogo e agora ele pode voltar para casa e preparar o couro para responder para a Justiça por tudo que fez ao Brasil. Essas manifestações – e tem muita gente fazendo manifestação que respeita, mas tem muita gente que não respeita – não dá para admitir que hoje, ainda, vejamos sinais de violência, incentivo à violência, agressão às pessoas, tiros, agressão a bombeiro, trancamento de estrada, violência ao pensamento diferente e achar que isso é normal. Gente, cantar hino para pneu não é normal. Bater palma para robô não é normal! Não é normal! Temos que ter a consciência de que o processo acabou e terá eleição daqui quatro anos. Já está marcado, inclusive, o pleito eleitoral para daqui quatro anos. A democracia é feita por escolhas. Perdi mais uma vez a eleição, no Estado. Na eleição passada perdi com meu Governador, nesse perdi novamente com meu Governador, mas estou aqui reconhecendo que o atual Governador se reelegeu, com quase 70% dos votos. Mas não concordo com a política que ele faz. Vamos ter várias votações aqui hoje de processos que não concordo com o método que ele faz, mas foi eleito. Então, usar a tribuna para incentivar que as pessoas fiquem fazendo manifestação porque não tiveram voto, é uma coisa absurda. O Brasil precisa avançar, o Brasil precisa progredir, temos muita pauta importante para ser discutida e o momento é de pacificar o País. E pedir, sim, para que as pessoas, caso queiram manifestar, que é um direito que é democrático, que é livre, não atrapalhem a livre passagem da outra, não agridam a outra porque a outra usa vermelho ou usa azul ou usa lilás. E não agridam a outra porque ela não concorda com o que ele pensa. Chega desse momento que estamos tendo aí um patriotismo invertido! Enquanto fica bancando o patriota, o Dudu fica na Copa. E fica lá neste momento que chega a parecer esquizofrenia um processo tão raivoso como esse. Então, é hora de

pacificar. Por isso que o Lula está compondo um Governo amplo, com vários partidos políticos, com pessoas que inclusive foram adversárias políticas suas no passado, mas que defendem a democracia e que entendem que o País precisa de união. E pessoas que não estiveram juntos em um determinado momento da história agora possam construir um momento vitorioso para o País. O que está acontecendo com o Brasil será piorado porque o rombo deixado, o rombo que será apresentado para população em breve, é muito, mas muito maior que qualquer analista político, qualquer cientista político ou qualquer *expert* em gestão pública imaginava, que foi muita coisa feita por manobra, por debaixo do jogo democrático. O Brasil hoje corre o risco de não ter pagamento para os pensionistas do INSS. O Brasil hoje tem universidade que não tem bolsista que vai receber, tem serviço que não será pago. E isso referente a este mês. Imagine o que será depois. Tem pessoas inclusive que hoje precisam de passaporte e não tem emissão. Tem pessoas que não terão medicamento, que tinha na farmácia básica, porque o Governo estourou. Quando alguns aqui falam: *Ah, a PEC do rombo*. Gente, o rombo, se pegarmos a reserva fiscal deixada de 374 bilhões pelo Governo anterior e somar aos 400 de agora, além de gastarem os 374, ampliaram para 400, o rombo pode ser de 800 bi, o maior da história do País. Por isso, precisamos de unidade para corrigir isso, essa aberração feita por uma pessoa sem compromisso com o País, por uma pessoa sem compromisso com a vida, por uma pessoa que usou o nome de Deus em vão. Um falso profeta, um messias que de messias só tem o nome falso no documento, que nunca teve empatia ao povo, nunca derramou uma lágrima, a não ser ontem, que está lá acuado e sabe o que vai acontecer com ele em 1.º de janeiro. Começou a chorar agora, mas não comove ninguém. Lágrima de crocodilo não comove ninguém. Aliás, vimos que realmente a vacina não transforma as pessoas em jacaré, mas que os falsos, em determinado momento, viram crocodilo e saem agora chorando de medo do dia de amanhã. O Brasil da esperança está renascendo. Há uma transição em andamento, há um levantamento, um diagnóstico sendo feito, e há uma composição de homens e mulheres que querem um País melhor e estão discutindo uma sociedade. E há agora, temporariamente, há 25 dias, um

Presidente que sumiu inclusive das redes sociais. Para não piorar o que fez nos três anos e 11 meses, agora resolveu ficar em silêncio. E o silêncio é estratégico, é para alimentar ainda aqueles que acreditam que ele está quieto porque terá a intervenção. Não terá intervenção federal, não terá intervenção militar e também não terá intervenção de extraterrestre. Podem parar de dar sinalzinho com o celular para os extraterrestres que eles não vão baixar aqui e fazer uma intervenção no nosso País. Chega dessa história. Aceita que vai doer menos e aceita que vai fazer bem para saúde sua e dos outros e, principalmente, do povo brasileiro. Daqui quatro anos, se preparem, revejam a tática de *fake news* que não funcionou, revejam a ideia de agredir as pessoas que não funcionou, revejam a ideia de incentivar o machismo, a homofobia e o racismo, que não funcionou, e preparem um candidato à altura do povo brasileiro, que esse que está aí é melhor já ir embora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Palmital, Sr. Zeca da Ambulância e Joelson Camper, por solicitação do Deputado Luiz Fernando Guerra. Sejam bem-vindos!

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Joelson Campeiro, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD),

*Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (UNIÃO), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tercílio Turini (PSD), e Tiago Amaral (PSD) **(50 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Cantora Mara Lima (REP), conforme § 3.º inciso IV art. 97 do Regimento Interno; Tadeu Veneri (PT), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno; e Cristina Silvestri (PSDB), conforme § 3.º Inciso III art. 97 do Regimento Interno **(3 Parlamentares; Deputados ausentes sem justificativa: Tião Medeiros (PP) (1 Parlamentar).]***

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 524/2022, do Deputado Tercílio Turini, que denomina Shorou Suzukawao o viaduto localizado na intercessão do Km 25.36 da PR-445, no município de Tamarana. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos aqui quatro Redações Finais, cinco, seis, sete Redações Finais e uma delas precisamos submeter ao voto, uma emenda de Redação. Então, vamos lá.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 132/2021, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que institui o Dia de Enfrentamento à Violência Política Contra a Mulher, a ser comemorado em 14 de março.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 370/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/2022, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Centro de Cultura Teatro Guaíra.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 459/2022, de autoria do Deputado Natan Sperafico, que altera a Lei n.º 17.670, de 3 de setembro de 2013, que declara de Utilidade Pública a Associação Beit Abba, com sede no município de Toledo.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 462/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 88/2022, que acrescenta a função de Biomédico ao cargo de promotor de saúde profissional, da carreira de promotor de saúde, no Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde, instituído pela Lei n.º 18.136, de 3 julho de 2014.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 487/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 97/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do ICMS, com fulcro no inciso II do § 2.º e no § 3.º do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996.

ITEM 7 – Redação do Projeto de Lei n.º 494/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 104/2022, que altera a Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional Federal n.º 123, de 14 de julho de 2022, e da Lei Complementar Federal n.º 194, de 23 de junho de 2022, e dar outras providências.

Deputados que aprovam...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, registrar o meu voto contrário nos Itens 1 e 7.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição registra o voto contrário no Item 7.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Voto contrário da Bancada de Oposição no Item n.º 7 da Redação Final. Devidamente registrado.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Item 7 também, Coronel Lee.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Coronel Lee também se manifesta contrário.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, Deputado Marcio Pacheco. Itens 1 e 7 voto contrário também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco Itens 1 e 7 voto contrário. Os demais estão aprovados simbolicamente.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 470/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 90/2022, que cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. **O Projeto recebeu emenda de redação.** Então, vamos submeter à apreciação a emenda. Em discussão a emenda. Em votação. Votando. Votando a emenda de redação, Sr.ª Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha a Liderança do Governo? É a emenda de redação, apenas uma correção, Deputado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.ª Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A emenda é do próprio Governo, Deputado Marcel. Fica tranquilo.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): Peço o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência chegou um pouco atrasado, já chegamos quase no final. Preciso do seu voto. Deputado Natan Sperafico, o seu voto. Anibelli Neto, o seu voto. Galo, Guto Silva. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (48 Deputados);* **Não votaram:** *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Guto Silva, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (6 Deputados).*] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda de redação final. (O Projeto retorna à Comissão de Redação Final.)**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 272/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 53/2021, que altera a Lei n.º 17.726, de 23 de outubro de 2013, que trata da criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo geral do Poder Executivo. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma da Subemenda Modificativa ao Substitutivo geral. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral, ressalvada a emenda de Plenário. Em discussão o substitutivo geral. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Nelson Justus, Requião, Gilson de Souza, Goura, Marcio Pacheco e Guto Silva. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados).*] **Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral.**

Vamos submeter ao voto a emenda de Plenário na forma da subemenda modificativa. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor. Deputado Douglas, Gilson de Souza, Guto Silva, Guerra, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Reichembach, Requião Filho, Tercílio Turini e

Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda de Plenário na forma de subemenda modificativa.**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 327/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 56/2022, que dispõe sobre os serviços de transporte ferroviário de pessoas e bens do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda da CCJ. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Como o Dr. Dylliardi vota?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Deputado Dylliardi, o senhor não votou ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.º Deputados. Michele Caputo, Natan Sperafico, Ricardo Arruda, Guto Silva. Votação encerrada.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Presidente, só registrar o voto “*sim*”, por gentileza, do Deputado Guto Silva. Não consegui votar a tempo. Por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado Guto. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Guto Silva, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (8 Deputados).*] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto. Quarenta e sete votos, com o voto do Deputado Guto Silva.**

Vamos submeter ao voto as emendas.

Há um **Requerimento n.º 3686/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando destaque da Emenda da CCJ e da Emenda de Plenário n.º 5, apresentadas ao

Projeto de Lei n.º 327/2022. Em discussão o requerimento, Sr.ª Deputados, de autoria do Deputado Marcel Micheletto. Em votação o requerimento. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai encaminhar voto contra, porque queremos discutir uma a uma as emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Votação encerrada, Sr.ª Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos e Requião Filho (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Vamos submeter ao voto agora a emenda da CCJ e a emenda de Plenário n.º 5. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Mabel, Marcio Nunes. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados); Não Votaram: *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mabel Canto, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (9 Deputados).*] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas da CCJ e a emenda de Plenário n.º 5.***

Agora, vamos submeter ao voto as emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 7.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ah, houve um equívoco. A 5, não. É a 1, 2, 3, 4, 6 e 7. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede aos Deputados da Base para votarem “não”. Votarem “não”. A Liderança do Governo pede aos Deputados da Base o voto “não”.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Espere um pouquinho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Espere um pouquinho, Sr. Presidente. Senhor Presidente, o Deputado Marcio Nunes. Um momento só!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Nunes, V.Ex.^a já votou.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Estou só conferindo o meu voto aqui, Sr. Presidente, se votei certo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado Marcio Nunes? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Douglas Fabrício, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos e Requião Filho (13 Deputados);* **Votaram Não:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (7 Deputados).]* Com 13 votos favoráveis e 34 votos contrários, **estão rejeitadas as emendas.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 313/2020, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que dispõe sobre a medição por consumo efetivo pelas concessionárias fornecedoras de água e esgoto e energia elétrica, vedação de cobranças abusivas, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ,

Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o presente Projeto dispõe sobre a medição por consumo efetivo pelas concessionárias fornecedoras de água e esgoto e de energia elétrica, vedando cobranças abusivas, e dá outras providências. O objetivo é a proteção do consumidor, do usuário dos serviços das concessionárias, para que tenha certeza de que está pagando por uma prestação de serviço justa, por meio da apuração mensal do consumo efetivo, com a vedação de cobrança por estimativa. Em síntese, fica impedida a cobrança por estimativa dos serviços de água, luz e energia elétrica. As empresas concessionárias deverão cobrar apenas por leitura; o boleto deverá conter foto do demonstrador de consumo do aparelho. Veda a cobrança de valores excedentes ao consumo. Na impossibilidade da cobrança por medição, deverá ser feita a cobrança com base na tarifa mínima e em situações de calamidade pública, a cobrança será feita com base na tarifa mínima, devendo ser realizada a cobrança retroativa com a apuração do consumo efetivo. O STF na ADI 6.406, de 18/12/2020, ao julgar a Lei Estadual do Paraná sobre as regras, sobre a suspensão do corte de energia durante a pandemia do Covid-19, reconheceu que a proteção do consumidor no serviço de energia e água pode ser normatizada por lei estadual, desde que não interfira diretamente nas atividades desempenhadas pelas concessionárias de serviços, acórdão da ADI. A questão reside na conceituação da prestação de serviços e se não normatizarem em nível de estadual, a forma de medição de consumo significaria mudar a concepção da prestação do serviço do fornecimento de água, de energia e de água. A resposta é regular à forma de medição de consumo, é autorizado e é permitido pelas normas que regem a prestação de serviço de fornecimento de água e de energia. Pela

análise da Resolução da Anel n.º 1.000/2021, pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei Federal 13.460/2017, que dispõe sobre a defesa do direito do usuário do serviço público, o PL, esse apresentado, 313, é constitucional e legal. Peço o voto de todos os Parlamentares para esse importante Projeto, para o povo paranaense, o voto “*sim*”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Data vênha não sei qual será a posição do Líder do Governo, mas quero dizer, Deputado Arilson Chiorato, que divirjo de Vossa Excelência. Não é a primeira vez que vou votar contra a um Projeto dessa natureza, porque a política tarifária, por exemplo, da nossa Companhia de Saneamento do Paraná é uma política de subsídio cruzada. Por mais que tenhamos programas sociais, essa prática de você só pagar o consumo, isso estimularia uma redução do consumo de água, inclusive, por parte das famílias. A tarifa mínima, na verdade, assegura um mínimo de gasto por família. Toda a estrutura da política tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná está vinculada à tarifa mínima. Isso serve, inclusive, para outras áreas de serviços públicos. Então, não é a primeira vez que a Assembleia vota um Projeto dessa natureza, igual ao que Vossa Excelência apresenta. Por mais que Vossa Excelência possa enfrentar a questão da constitucionalidade e entendo que é um tema complexo, mas em relação... entendo assim, primeiro, não compete a esta Casa deliberar sobre o tema e ao mesmo tempo entendo que, no mérito, embora avançando na questão do mérito, mas sobre o aspecto da constitucionalidade material, Vossa Excelência interfere diretamente na política tarifária, que todos sabemos é uma política de subsídio cruzado. Então, data vênha a minha divergência, quero dizer que vou votar “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos submeter ao voto o Projeto. Apesar da divergência aberta pelo Deputado Romanelli, no Supremo Tribunal Federal, sempre quando há um pedido de divergência, sempre se adia.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, também queria fazer uma orientação à Base. Ouvindo aqui a sugestão dos dois e também a posição que estamos tendo do Governo, vamos liberar a Bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*” e agradece ao Governo por liberar a Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Boca Aberta Junior, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bühner, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Tiago Amaral? Votação encerrada: [**Votaram** **Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tercílio Turini (37 Deputados); **Votaram Não:** Alexandre Curi, Cobra Repórter, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes e Ricardo Arruda (7 Deputados); **Abstenções:** Marcel Micheletto e Tiago Amaral (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Nelson Justus, Reichembach, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 37 votos favoráveis, 7 votos contrários e 2 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 313/2020.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 304/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1102/2022, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Curitiba. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Senhores Líderes, estamos no Item 11.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); Não Votaram: *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Nelson Justus, Plauto Miró, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados).*]
Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 304/2022.***

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 440/2022, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Marcel Micheletto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Valter Vanzella. Parecer favorável. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, faço um apelo aos Deputados todos. O Presidente da Frimesa, Valter Vanzella, é um grande paranaense, tem dado grandes contribuições, não é, Deputado Elio Rusch, sabemos do seu comportamento. Então, faço um pedido a todos, até porque na semana que vem teremos um grande investimento da própria Frimesa lá em Assis Chateaubriand, o maior frigorífico de suínos da América Latina, com mais de 2 bilhões de investimento. Então, tem a mão forte nessa construção do Deputado Elio Rusch conosco, mas por um homem que tem dedicado ao Estado do Paraná, gerando riqueza, emprego. Fazemos um apelo para que todos aqui possam, de forma unânime, votar a esse pedido de Título de Cidadão Honorário ao Sr. Valter Vanzella.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, posso dar uma complementada? Talvez, o Marcel não saiba, mas a Frimesa, quando iniciamos uma campanha no Paraná para fortalecer a doação de órgãos, ela foi a primeira empresa a aderir, a colocar nos seus produtos. Então, além da questão econômica que é muito importante para o Estado, geração de emprego e renda, também tem essa questão do compromisso social. Eles fizeram isso em 2012 e, inclusive, continua.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Deputados Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão, Boca Aberta, Francisco Bühner, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Requião Filho, Tiago Amaral. Deputado Tiago, seu voto, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró,**

*Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 440/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata a abstenção do Deputado Professor Lemos, ao invés do voto favorável registrado no aplicativo de votações.)**

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 457/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 80/2022, que acrescenta dispositivos à Lei n.º 16.575, de 28 de setembro de 2010. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente. Nesse último Item, tinha votado aqui abstenção. Não sei como acabou ficando voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, no Projeto do Título de Cidadão?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Exato. Exato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência quer corrigir o voto? Vota “*sim*”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero corrigir. Que seja abstenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Abstenção.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Queremos a contagem dos votos impressos, Presidente. Essa urna 20, 20, aqui, não está dando certo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): As urnas aqui funcionam bem, fica tranquilo. Vamos, então, ao Item 13, Sr.ª Deputados.

Item 13. Projeto de autoria do Poder Executivo, acrescenta dispositivos à Lei 16.575, de 28 de setembro de 2010. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente o voto do Deputado Mauro Moraes. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 457/2022.**

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 482/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Ex.^{mo} Sr. João Carlos de Luca. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Sempre lembrando que ainda teremos mais uma Sessão Ordinária na sequência, Sr.^s Deputados. Vamos votar, Sr.^s Deputados, há muitos Deputados ainda que não votaram. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando

Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Natan Sperafico, Nelson Justus, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 482/2022.**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 492/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 102/2022, que revoga o §5.º do art. 5.º da Lei n.º 17.046, de 11 de janeiro de 2012. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fianças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*não*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, *pela ordem*, só enquanto o pessoal está votando, reforçar aqui o convite para hoje, todos já foram avisados, Deputados da Comissão de Esportes, que teremos uma reunião da Comissão de Esportes depois que terminar aqui as Sessões do Plenário.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Marcio.*

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Também quero reforçar um convite para que os Deputados que compõem a Comissão de Defesa do Consumidor possam se reunir conosco logo após a Sessão para deliberarmos a pauta do dia. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (37 Deputados);* **Votaram Não:** *Arlson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos e Requião Filho (7 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados).*] Com 37 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 492/2022.**

ITEM 16 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 500/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 111/2022, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pelo Estado do Paraná aos hospitais que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – SUS, no exercício de 2022, com o objetivo de permitir-lhes continuar prestando os serviços de assistência à saúde no cenário pós-pandemia da Covid-19. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Saúde Pública. Regime de urgência. Emenda da Comissão de Saúde Pública com parecer favorável da CCJ na forma

da Subemenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s
Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Plauto Miró, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 500/2022.**

ITEM 17 – 1.ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2022, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto n.º 12.440, de 18 de outubro de 2022, que altera o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Liderança do Governo pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta, Cobra Repórter, Michele Caputo, Natan Sperafico, Plauto Miró, Soldado Adriano José, Requião. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Plauto Miró, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (9 Deputados).*] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 3688/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a tramitação em regime de urgência da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Se houver concordância, faremos votação simbólica.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já estamos em processo de votação, Deputado Arilson. Já está votando. Anunciei: Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, veja bem... Presidente, o senhor sabe que respeito V.Ex.^a, mas ele emitiu opinião do Governo, coloquei para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Entendo que V.Ex.^a estava conversando com a sua assessora, já havia...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Estava pedindo orientação se encaminhava ao contrário ou pedia...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Tudo bem, vou considerar, sem problema algum. **Adia-se na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 3679/2022, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Pastora Ivanilda Hemes; **Requerimento n.º 3680/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa à Igreja Pentecostal Unida do Brasil; **Requerimento n.º 3681/2022**, do Deputado Natan Sperafico, solicitando o envio de voto de louvor ao Il.^{mo} Sr. Frederico Mendes Junior, novo Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); **Requerimento n.º 3682/2022**, do

Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo que seja confeccionada e instalada placa de identificação do viaduto no Km 172,2, da Rodovia PR-323, no cruzamento com a Rua Ipiranga, Distrito de Água Boa, no município de Paiçandu, de acordo com a Lei n.º 21.131, de 4 de julho de 2022; **Requerimento n.º 3683/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências para que o sistema de transporte coletivo intermunicipal que opera entre os trechos dos municípios de Maringá e a outras cidades, implementem uma parada destinada ao embarque e desembarque de passageiros na rodoviária do município de Cambé; **Requerimento n.º 3684/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações ao Professor Rodrigo Tadeu Gonçalves, por ter ficado em 2.º lugar na categoria Tradução - Prêmio Paulo Rónai do Prêmio Literário da Biblioteca Nacional; **Requerimento n.º 3685/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sr. Everton Souza, requerendo detalhes acerca do procedimento adotado no Paraná para destinação de resíduos sólidos da construção civil, em especial do gesso; **Requerimento n.º 3687/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do empresário em Cambará, Sr. Adauto Minello Marinho; **Requerimento n.º 3692/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro de voto de congratulações e menção honrosa ao Sr. Elias dos Santos de Souza; **Requerimento n.º 3693/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo providências, em caráter de urgência, para a intensificação do combate de vetores da dengue, zika e outras arboviroses no município de Rolândia.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 3691/2022, da Deputada Mabel Canto, Líder do Bloco PSDB/CDN/DC/PROS, indicando a

Deputada Mabel Canto como membro titular e a Deputada Cristina Silvestri como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise de indicação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 3695/2022**, do Deputado Márcio Nunes, Líder do Bloco PSD/MDB, indicando o Deputado Márcio Nunes como membro titular e o Deputado Cobra Repórter como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise de indicação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 3697/2022**, do Deputado Tião Medeiros, Líder do Progressista, indicando o Deputado Tião Medeiros como membro titular e o Deputado Guto Silva como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise de indicação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 3698/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, Líder do União Brasil, indicando o Deputado Luiz Fernando Guerra como membro titular e o Deputado Elio Rusch como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise de indicação para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 3678/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3696/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 6 de dezembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 3689/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5 a 7 de dezembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante a apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º**

3690/2022, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 30 de novembro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra **Sessão Ordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia:** 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 272/2021 e 327/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 313/2020, 304/2022, 440/2022, 457/2022, 482/2022, 492/2022 e 500/2022 e do Projeto de Decreto Legislativo n.^o 7/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 962/2019, 387/2022, 406/2022, 407/2022, 410/2022, 479/2022 e 481/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h10, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^o 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)